

# REDEFINIÇÕES DE CONCEITOS DA ANÁLISE DO DISCURSO PARA A CONFIGURAÇÃO DA ANÁLISE TEXTUAL DOS DISCURSOS

Jussara Maria Jurach\*

**RESUMO:** Segundo Adam (2011), a análise textual do discurso é um subdomínio da análise do discurso de linha francesa (AD), aproximando-se do modo como esta é delineada por Maingueneau (1991 e 1995). Contudo, observamos que alguns conceitos retomados por Adam (2011), apesar de serem provenientes de autores precursores da AD, como Pêcheux (1969) e Foucault (1969), são tratados de modo diferenciado, o que exige algumas redefinições. Este artigo tem o objetivo de discutir que traços da AD são enfocados por Adam (2011), a fim de constituir a análise textual do discurso sem contradições teóricas. Para tanto, retomamos definições de interdiscurso, formação discursiva e contexto, fazendo comparações com o tratamento que estas noções recebem no interior das configurações da análise textual do discurso.

**PALAVRAS-CHAVE:** Análise textual do discurso; análise do discurso; formação discursiva.

**ABSTRACT:** According to Adam (2011), the textual discourse analysis is a subarea of French Discourse Analysis (DA), which approximates to the manner it is designed by Maingueneau (1991 and 1995). However, it is possible to observe that some concepts revisited by Adam (2011), even though they are derived from Discourse Analysis early authors, such as Pêcheux (1969) and Foucault (1969), received different treatment, which requires some redefinitions. This article aims at discussing which DA traits are focused by Adam (2011), in order to constitute the textual discourse analysis with no theoretical contradictions. To do so, we went back to definitions such as interdiscourse, discursive formation and context, comparing to the treatments that these notions receive inside textual discourse analysis.

**KEYWORDS:** Textual discourse analysis; discourse analysis; discursive formation.

## INTRODUÇÃO

A proposta ousada de Jean Michel Adam (2011), em *A linguística textual: introdução à análise textual dos discursos*, de situar a Linguística Textual

<sup>1</sup> Há uma flutuação entre o uso das expressões “análise dos discursos”, “análise do discurso” e “análise de discurso” em Adam (2011), no entanto, todas se referem, no interior da obra, a “uma análise de discurso emancipada da análise de discurso francesa (ADF)” (ADAM, 2011, p. 43). Inclusive, essa diferença motivou este texto. Portanto, optou-se por se referir à última como ADF e, quando se trata da análise de discurso conforme configurada como espaço para a LT pelo autor, preferiu-se utilizar a expressão sem a abreviatura.

\*Mestre em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal do Paraná. Doutoranda em Estudos Linguísticos na mesma instituição, com previsão para defesa de tese em 2015, Bolsista Capes-Reuni.

(LT) como um subdomínio da análise de discurso<sup>1</sup>, oferece uma saída teórica para pesquisadores que tentam se sustentar em um lugar de instabilidade que são as fronteiras do textual e do discursivo. Apesar de ambos os campos de conhecimento estabelecerem seus domínios prevaletentes, muitas pesquisas parecem implorar por abrir os braços e expandir seu contato com o terreno das diferentes materialidades, a textual e a discursiva.

No entanto, apesar do enquadramento que demonstra a relação intrínseca entre texto e discurso, o objeto predominante no estudo de Adam (2011) fica claro no próprio subtítulo do livro: trata-se de uma análise textual dos discursos, ou seja, o trato das sequências textuais e das estruturas composicionais está em relevância e é posto numa relação de motivação e funcionamento conforme os diferentes atos de discurso.

Desse modo, o empreendimento teórico e analítico do autor movimentava um conjunto de conceitos que são provenientes de campos distintos, como a Análise de Discurso de linha francesa (ADF), a LT, e de uma pragmática nos modelos de Austin e Searle (pela noção de atos ilocucionários para chegar a uma caracterização diferenciada de microatos e macroatos de discurso). Essa variedade de conceitos colocados em um enquadramento relacional faz com que surjam particularidades no tratamento das noções a que estes remetem.

A apresentação dos conceitos do plano da análise de discurso enfoca alguns componentes de um modo diferenciado do tratamento que recebem em estudos da ADF na perspectiva de Pêcheux e Foucault. Além disso, Adam (2011) coloca-os em uma relação, intermediada pela interação social, com a pragmática, representada (ver Esquema na p. 11)<sup>2</sup> pela “ação de linguagem (visada, objetivos)”, a qual, por uma linha vertical na esquematização, aponta para os dois polos na relação entre discurso e texto.

Apesar de afirmar que a análise de discurso conforme considerada em seu texto está orientada para o modo como é delineada por Maingueneau (1991, 1995), Adam (2011) não explora os conceitos específicos desse autor e, inclusive, apresenta alguns conceitos pecheutianos e foucaultianos, como quando trata de formação discursiva, no entanto, recortando seu interesse e estabelecendo as diferenças da sua abordagem.

Cabe destacar, ainda, que o ponto central nos limites entre o discursivo e o textual, para Adam (2011), está na noção de gênero(s). Essa é uma chave para a compreensão da diferença de tratamento dado por este autor aos conceitos da análise de discurso em relação a como são abordados em estudos da ADF.

A partir desse panorama, este trabalho visa a evidenciar as diferenças epistemológicas entre a ADF e o modo como são abordadas algumas noções

---

<sup>2</sup> Apesar de ser o único esquema neste trabalho, optou-se por chamá-lo, adiante, como “Esquema 4”, conforme este aparece em Adam (2011, p. 61).

desta na obra em que Adam (2011) propõe seu esquema para uma “análise textual dos discursos”. Para tanto, cabe primeiramente situar o contexto epistemológico da ADF, apresentar no interior dessa perspectiva as noções de formação discursiva (FD) e de interdiscurso e, posteriormente, caracterizá-las conforme a proposta de uma análise textual dos discursos.

## AS NOÇÕES DE FORMAÇÃO DISCURSIVA E DE INTERDISCURSO EM ADF

Em meio a um quadro essencialmente estruturalista nos estudos linguísticos, a ADF foi fundada, sobretudo nos anos 1960-1970, como um campo de convergências teóricas que ampliam os limites do linguístico para o histórico e para o social, elementos, estes, não explorados por uma abordagem como a da gramática de textos e do gerativismo, também desenvolvidas a partir da década de 50.

Assim, diferentemente da linguística estruturalista nos moldes saussurianos, inclusive a distribucionalista harrisianiana, a análise do discurso proposta no final dos anos 60 volta seu olhar para a língua em situações reais, ou seja, para enunciados reais, e não ideais para fins de análise estrutural.

Segundo Mazière (2007, p. 32), “Faziam-se necessários o contexto epistemológico e o momento político combativo que permitiram o desenvolvimento institucional da linguística no seio das universidades no fim dos anos 1960”. A noção de ideologia e de sujeito fará com que se caracterize um novo olhar para o texto e se defina a noção de discurso como “efeitos de sentidos” nos moldes da ADF.

A intersecção do linguístico, do histórico e do político fez com que o campo de investigação da ADF tenha se fundado e se perpetuado como um lugar de convergência de diferentes correntes de pensamento. Assim, não há como situar o campo da ADF sem referir-se ao seu tripé fundador: a Linguística, a Psicanálise e o Marxismo. Citam-se como seus expoentes, respectivamente, Saussure, Freud e Marx, presentes nas bases da ADF pelas releituras feitas por Pêcheux, Lacan e Althusser, todos marcantes de um momento culturalmente e politicamente fervoroso na França.

O efeito subversivo da trilogia Marx-Freud-Saussure foi um desafio intelectual engajando a promessa de uma revolução cultural, que coloca em causa as evidências da ordem humana como estritamente bio-social. (PÊCHEUX, 2006, p. 45).

Desse modo, as bases da ADF desenvolveram-se em um período marcado por fatos históricos como a Revolução Estudantil de maio de

1968, os discursos sobre a Guerra da Argélia, o surgimento das noções sobre enunciado e enunciação que colocam a subjetividade no campo da linguagem e a definição de enunciado e de discurso, sobretudo com Dubois (1969), na revista *Langages*, quando acontece a importação do sintagma “*analyse du discours*” para o francês, a partir da tradução de “Discourse Analysis”, de Harris (1952). Além disso, vale citar a publicação de *L'Analyse automatique du discours*, de Pêcheux (1969), que articula os procedimentos automatizados da informática, a linguística de Harris e uma visão que alia a linguística, a psicanálise e o materialismo histórico.

É dessa relação do linguístico com o político e com o social que se funda um lugar de investigação que configura uma teoria semântica voltada para a questão do sujeito, da interpretação, da ideologia e para os efeitos de sentido, não para “o sentido”. Assim, vem com um questionamento sobre o positivismo do estruturalismo que se configura no campo das ciências e também da política.

O objeto da linguística (o próprio da língua) aparece assim atravessado por uma divisão discursiva entre dois espaços: o da manipulação de significações estabilizadas, normatizadas por uma higiene pedagógica do pensamento, e o de transformações do sentido, escapando a qualquer norma estabelecida a priori, de um trabalho do sentido sobre o sentido, tomados no relançar indefinido das interpretações. (PÊCHEUX, 2006, p. 51).

Portanto, os dispositivos de interpretação para a ADF não condizem como um conjunto de lógicas estabilizadas de produção de sentido e opõem-se à posição teórica estruturalista, caracterizada por Pêcheux (2006, p. 53) como ‘insuportável’, por refletir a visão de que as classes dominadas não têm inconsciente e não participam dos jogos simbólicos de produção de sentido, pois estão absorvidas no universo estabilizado e lógico a que lhes cabe por determinação ideológica e social.

Desse modo, os pilares da ADF estão fincados na proposta pecheutiana de que a linguagem está materializada na ideologia e que esta se materializa na linguagem. A noção de ideologia provém de Althusser (1985), que tem como base o pensamento de Marx e discorre sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado e a luta de classes. Trata-se de uma noção de ideologia como representação imaginária dos indivíduos, mas esta constituída pelas suas condições reais de existência, ou seja, na relação real de dominantes ou de dominados reproduzida socialmente, que constitui a existência material da ideologia. Destaca-se que o texto de Althusser (1985) também foi escrito em 1969, no momento de efervescência política e ideológica na França em que Pêcheux fundou as bases da ADF.

Cada grupo dispõe da ideologia que convém ao papel que ele deve preencher na sociedade de classe: papel de explorado (a consciência ‘profissional’, ‘moral’, ‘cívica’, ‘nacional’ e apolítica altamente ‘desenvolvida’); papel de agente da exploração (saber comandar e dirigir-se aos operários: as ‘relações humanas’), de agentes da repressão (saber comandar, fazer-se obedecer ‘sem discussão’, ou saber manipular a demagogia da retórica dos dirigentes políticos), ou de profissionais da ideologia (saber tratar as consciências com o respeito, ou seja, o desprezo, a chantagem, a demagogia que convém, com as ênfases na Moral, na Virtude, na ‘Transcendência’, na Nação, no papel da França no Mundo, etc.). (ALTHUSSER, 1985, p. 79-80)

Assim, acontece uma situação de dupla constituição, em que a ideologia existe para os sujeitos e pelos sujeitos concretos, e funciona em um processo de interpelação. Desse pensamento sobre o modo como a ideologia interpela os indivíduos, desenvolve-se a concepção de sujeito como assujeitado, ou seja, não o sujeito intencional e pragmático, como o da Linguística Textual.

Concomitantemente à idéia de constituição do sujeito, Althusser e, depois, Pêcheux introduziram o conceito de assujeitamento, que exprime a ilusão de liberdade e de vontade do sujeito – a ideologia, ao mesmo tempo em que interpela o indivíduo em sujeito, o assujeita. (CAZARIN, 2005, p. 26).

Portanto, trata-se de um assujeitamento ideológico, causado pela interpelação, o que se encontra explicado em Althusser, nos seguintes termos:

Como todas as evidências, inclusive as que fazem com que uma palavra ‘designa uma coisa’ ou ‘possua um significado’ (portanto inclusive as evidências da ‘transparência’ da linguagem), a evidência de que vocês e eu somos sujeitos – e até aí que não há problema – é um efeito ideológico, o efeito ideológico elementar. Este é aliás o efeito característico da ideologia – impor (sem parecer fazê-lo, uma vez que se tratam de ‘evidências’) as evidências como evidências, que não podemos deixar de *reconhecer* e diante das quais, inevitável e naturalmente, exclamamos (em voz alta, ou no ‘silêncio da consciência’): ‘é evidente! é exatamente isso! é verdade!’.(ALTHUSSER, 1985, p.94-95)

Essa impressão de evidência é justamente a interpelação, a transformação e o recrutamento do sujeito pela ideologia. Apesar de ter se fundamentado nessas concepções althusserianas, segundo Cazarin (2005), Pêcheux (1988) assinala que, para a ADF, os Aparelhos Ideológicos de Estado

não se limitam a reproduzir as relações de classes. Eles são vistos potencialmente como espaços de contradição e de transformações das relações, pois é possível haver ideologias diferentes no interior de uma unidade, ou seja, há um jogo de heterogeneidade nos discursos dentro das formações ideológicas. Essa heterogeneidade revela a existência de diferentes FDs.

Nessas concepções diferenciadas, configura-se outra distinção: o sujeito, interpelado pela ideologia, não é, na perspectiva pecheutiana, um sujeito ‘sempre-já-dado’ pela ideologia, mas um sujeito da ordem do inconsciente, que se constitui pela alteridade discursiva, isto é, pelo discurso do Outro, conforme a concepção lacaniana. Esse é mais um fator que demonstra que o sujeito considerado nas análises da ADF é dessubjetivado, ou seja, o sujeito é um lugar constituído pela ideologia, pela língua e pela história. É o sujeito afetado pelo esquecimento. Segundo Orlandi (1999), o esquecimento número um remete à ilusão do sujeito de ser a origem do dizer, causada pelo inconsciente e pela interpelação ideológica e, o número dois, à impressão de que o que se diz só pode ser dito daquela maneira.

Ao dizer, o sujeito significa em condições determinadas, impelido, de um lado, pela língua e, de outro, pelo mundo, pela sua existência, por fatos que reclamam sentidos, e também por sua memória discursiva, por um saber/poder/dever dizer, em que os fatos fazem sentido por se inscreverem em formações discursivas que representam no discurso as injunções ideológicas. (ORLANDI, 1999, p. 53).

É nesse jogo de determinação ideológica do sujeito e, ao mesmo tempo, de heterogeneidade, que é fundada a noção de FD. No interior das formações ideológicas há:

(...)uma ou várias formações discursivas interligadas, que determinam o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada. (HAROCHE, HENRY e PÊCHEUX, 1971, p. 102 apud CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2008, p. 241).

Desse modo, o conceito de FD remete à maneira como os indivíduos são interpelados pela ideologia no interior das relações sociais e, a partir disso, constituem seus discursos, lugar de manifestação da ideologia.

Assim, seguindo a noção de assujeitamento, no interior das FDs há formas-sujeito determinadas historicamente, as quais oferecem uma posição-sujeito para aqueles que estão inseridos no interior da FD. Portanto, não se trata de um sujeito que se coloca estrategicamente no interior de

uma FD, mas de um sujeito que tem a ilusão de liberdade e que age inconscientemente, determinado por uma formação ideológica.

A noção de FD tem origem nas ideias de Foucault a respeito do sujeito e do funcionamento de famílias de enunciados e, posteriormente, é desenvolvida por Pêcheux na constituição da ADF, o qual acrescenta o componente social e histórico.

O escrito por Foucault aponta para um sujeito da ordem do anonimato, isto é, já marca que *as regras de funcionamento dos enunciados* não têm o seu ponto de origem no sujeito que os enuncia. As reformulações realizadas pela AD são referentes ao componente ideológico e ao inconsciente. (CAZARIN, 2005, p. 28)

Foucault (1969), em *L'archéologie du savoir*, postula, sobre os sistemas de saber, que há conjuntos de enunciados que possuem dispersão e, ao mesmo tempo, regularidades, tanto a respeito da sucessão do seu aparecimento, quanto dos conceitos, das escolhas temáticas e dos tipos de enunciação em que estão constituídos, o que configura a existência de FDs e de posições-sujeito ocupadas no interior dessas diferentes formações. Esse sistema de regularidade e de dispersão, que permite identificar e que constitui as FDs, é produzido historicamente pelo complexo de formações ideológicas, ou seja, o assujeitamento é ideológico e é dado no interior de uma FD.

Além disso, as considerações pecheutianas estão atentas à categoria da contradição, pois as FDs têm, no seu interior, discursos transversos<sup>3</sup> e pré-construídos<sup>4</sup> que enredam a forma-sujeito e, portanto, podem instaurar o diferente, pelas formas-sujeito distintas ocupadas pela presença do “outro” em todo dizer. Assim, constituído socialmente e pelo interdiscurso (memória do dizer), o sujeito é fragmentado, descentralizado e heterogêneo, mas mantém uma aparência de unidade, pelo fato da posição-sujeito inscrever um lugar social afetado ideologicamente e historicamente.

Há também uma aparência de unidade e coerência na sequência discursiva concreta manifestada pelo sujeito, o que se denomina, conforme Courtine (2009, p. 74), “*intradiscurso* da sequência discursiva que ele enuncia”, seguindo a leitura de Pêcheux (1975). Os discursos apropriados, proferidos no interior de uma FD, revelam a presença do interdiscurso, o lugar dos já ditos, da memória, onde o sujeito é interpelado pela ideologia.

---

<sup>3</sup> O conceito de discurso transversal está diretamente relacionado ao de interdiscurso, pois se trata dos discursos que atravessam e conectam uma sequência discursiva, dando-lhe coerência e articulação.

<sup>4</sup> A noção de pré-construído é introduzida por Paul Henry (1975) para designar uma construção discursiva anterior e exterior, que confere o efeito discursivo de encaixe sintático, e remete a uma preexistência, a um já-dado. Estabelece-se na relação com o intradiscurso quando o sujeito enuncia, nos seus esquecimentos, conferindo efeito de evidência.

É, então, na relação entre o interdiscurso de uma FD e o intradiscurso de uma sequência discursiva produzida por um sujeito enunciador, a partir de um lugar inscrito em uma relação de lugares no interior dessa FD, que se deve situar os processos pelos quais o sujeito falante é interpelado-assujeitado como sujeito de seu discurso. (COURTINE, 2009, p. 74)

Dessa forma, é possível distinguir diferenças entre as FDs no interior de uma mesma formação ideológica, pelas relações contraditórias que estabelecem com outras FDs, devido ao interdiscurso que mobilizam. Nessa reflexão, fica clara a participação constitutiva do interdiscurso nos processos discursivos que caracterizam uma FD. Conforme Orlandi:

As formações discursivas podem ser vistas como regionalizações do interdiscurso, configurações específicas dos discursos em suas relações. O interdiscurso disponibiliza dizeres, determinando, pelo já-dito, aquilo que constitui uma formação discursiva em relação a outra. (ORLANDI, 1999, p.43-44).

Essa relação do interdiscurso e das FDs é responsável pelos diferentes sentidos, pois conferem condições de produção diferenciadas no interior de cada FD e, assim, mobilizam discursos distintos, conforme as posições ocupadas por aqueles que enunciam e aqueles que interpretam. Essa concomitância deixa clara a agitação dos sentidos e a possibilidade do sentido sempre ser outro, pois o interdiscurso, constitutivo de uma FD, está sempre na remissão ao outro e, portanto, o domínio e a transparência do sentido são efeitos ilusórios.

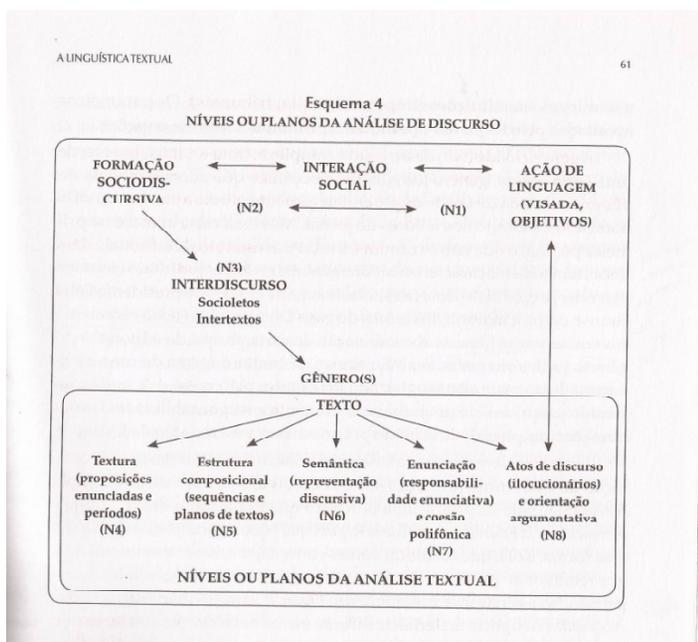
## O PLANO DA ANÁLISE DE DISCURSO ONDE SE CONSTITUI O TEXTO

As caracterizações das FDs e da noção de interdiscurso no interior da ADF, sobretudo na vertente pecheutiana, podem esclarecer o lugar estabelecido por Adam (2011) para a LT no interior da análise de discurso. Isso porque a proposta do autor delimita as margens de cada uma das áreas de investigação. Os pontos de interesse de Adam (2011), a respeito dos conceitos provenientes de uma análise do discurso, são bastante distintos daqueles utilizados nas análises em trabalhos no interior da ADF. Adam (2011) situa a LT no interior do espaço amplo da análise de discurso, caracterizando este como lugar onde se sustentam, originam e instituem as construções textuais, estas, sim, o foco de interesse do seu trabalho. O que se configura é um olhar sobre as unidades textuais sem vê-las como produções linguísticas independentes das formações discursivas e dos

processos de sentido exteriores ao puramente textual.

Diferentemente da ADF que visa ao discurso e tem o texto como a materialidade para investigar o discurso, seu objeto de estudo, a LT tem o texto como objeto de estudo. Seu objetivo é a compreensão da composicionalidade, das redes de sentido constituídas pelos conectivos, das operações referencias que engendram a trama textual, enfim, da própria textualidade, ou seja, do que faz texto.

O esquema abaixo, extraído de Adam (2011, p. 61), oferece uma clara representação do modo como o autor situa os planos da análise de discurso e da análise textual, além da variedade de conceitos envolvidos nessa abordagem:



Esquema 4 apresentado por Adam (2011, p. 61) sobre os níveis ou planos da análise linguística e da textual

O Esquema 4, presente em Adam (2011), demonstra a perspectiva do autor de pensar o discurso como ação e sua relação com a textualidade. Contudo, apesar de o componente discursivo estar presente nas análises feitas pelo autor, fica claro, em *A linguística textual: introdução textual dos discursos* (ADAM, 2011) e em *Linguistique textuelle* (ADAM, 1999), que seu estudo prioriza a base do Esquema 4 e o papel da linguística textual, na análise do discurso, de “teorizar e descrever os encadeamentos de enunciados elementares no âmbito da unidade de grande complexidade que constitui o texto.” (ADAM, 2011, p. 63).

Assim, Adam (2011) analisa a complexidade da textualidade, no interior da LT, como um processo no interior de operações discursivas. Portanto, faz intervir o discursivo nas suas análises pela consideração de que toda produção textual está inserida em um espaço de interação social e de práticas discursivas institucionalizadas que atuam na constituição dos textos.

Ao considerar as práticas discursivas institucionalizadas, remete-se a uma noção chave para compreender a relação feita por Adam (2011) entre o plano do textual e do discursivo, a noção de gênero(s)<sup>5</sup>. Voltando ao Esquema 4, nota-se que os gênero(s) estão na parte central da esquematização, na via proveniente das formações sociodiscursivas e do interdiscurso, e aparecem diretamente acima do plano da análise textual e, portanto, do texto.

Um ponto a ressaltar é que a formação sociodiscursiva, no Esquema 4, está em uma via de mão dupla com a interação social, a qual é intermediária da relação entre a ação de linguagem visada e a formação sociodiscursiva. Além disso, a ação de linguagem, representada em N1 liga-se a N2, a qual remete às condições de produção e de recepção que, por sua vez, estão relacionadas à formação sociodiscursiva e ao interdiscurso, conforme se depreende da análise explicativa feita pelo autor abaixo do esquema.

Está aí uma primeira distinção a ser feita. A noção de ação de linguagem, por si só, deixa claro que, para Adam (2011), os textos se desenvolvem na interação social e, em nenhum momento o autor postula sobre um assujeitamento ideológico conforme a ADF pecheutiana. Sem partir da noção de ideologia e de interpelação ideológica, a ligação da LT com a análise de discurso é explicitada pelo autor ao mencionar as possibilidades de reflexão sobre o estatuto do texto no interior de uma pragmática textual, ou seja, do entendimento de que a linguagem é indissociável da ação e que o discurso está relacionado à ação e aos tipos de discursos institucionalizados. Para Adam (2011), os enunciadores dos textos estão inseridos em um complexo social e histórico de práticas sociais institucionalizadas.

**A ligação com a análise dos discursos é, então, concebível, e o objeto parece mais bem definido: práticas discursivas institucionalizadas, quer dizer, para nós, gêneros de discurso, cuja determinação pela história deve ser considerada pelo viés da interdiscursividade. (ADAM, 2011, p. 60)**

---

<sup>5</sup> No Esquema 4, Adam (2011) não se utiliza do termo gênero(s) do discurso, no entanto, o insere no plano da análise de discurso. Durante as análises, o autor faz uso da expressão “gênero do discurso”, o que expressa que a sua análise textual leva em conta a inserção dos textos no interior de um plano discursivo.

Os gênero(s) são tratados na relação com a historicidade das práticas sociais e com os tipos de discursos institucionalizados, que funcionam a partir de uma interdiscursividade e a por meio dos quais se materializam os discursos e se firmam os sentidos que configuram as ações de linguagem.

**Toda ação de linguagem inscreve-se, como se vê, em um dado setor do espaço social, que deve ser pensado como uma formação sociodiscursiva, ou seja, como um lugar social associado a uma língua (socioleto) e a gêneros de discurso. (ADAM, 2011, p. 63).**

Salienta-se essa definição de formação sociodiscursiva não parte das formações ideológicas. Apesar de citar a definição<sup>6</sup> dada por Pêcheux (1990) sobre as FDs, a partir do conceito dado em Foucault (1969), Adam (2011, p. 44-45) se detém na presença dos gêneros citados no interior da definição pecheutiana de FD:

**Mesmo que a palavra não apareça, ao falar de *discurso público, sermão, panfleto, exposição, programa*, Pêcheux enumera uma lista de gêneros. O estabelecimento de uma ligação entre os gêneros e as formações sociodiscursivas é um dos avanços recentes da análise de discurso.**

Portanto, o traço da formação discursiva que interessa a Adam (2011) é o da estabilização oferecida pelos lugares sociais e que se reflete nos gêneros discursivos, ou seja, é o traço da institucionalização e da regularidade das ações simbólicas presentes no espaço sociodiscursivo. Para o autor, as situações de interação nos lugares sociais oferecem uma variedade de possibilidades para a constituição dos enunciados, no entanto, essas mesmas situações de interação apresentam lugares institucionalizados, nos quais os gêneros e a língua funcionam como fatores de estabilização e regulação dos enunciados.

Adam (2011) remete, então, a algumas considerações de Todorov (1980), em *Os gêneros do discurso*, sobre a inscrição do espaço sociodiscursivo nos lugares sociais e como os gêneros representam espaços institucionais. Nesse sentido, a citação a seguir pode esclarecer de que lugar Adam (2011) parte para constituir a relação entre os gêneros e as formações sociodiscursivas: “Pelo viés da institucionalização, os gêneros se comunicam

---

<sup>6</sup> Transcreve-se, a fim de facilitar a leitura, a citação feita por Adam (2011) da definição de FD escrita por Pêcheux (1990, p. 148): “[As] *formações discursivas* [...] determinam o que *pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de um discurso público, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.) a partir de uma dada posição, em uma determinada conjuntura: o ponto essencial aqui é que *não se trata somente da natureza das palavras usadas, mas também (e sobretudo) das construções nas quais essas palavras se combinam*, na medida em que elas determinam a significação que assumem essas palavras [...], as palavras mudam de sentido, segundo as posições defendidas por aqueles que as usam; [...] as palavras ‘mudam de sentido’ passando de uma *formação discursiva* para outra”.

com a sociedade em que ocorrem (...) Como qualquer instituição, os gêneros evidenciam os aspectos constitutivos da sociedade a que pertencem” (TODOROV, 1980, p. 49-50).

Além disso, Todorov (1980), na sua reflexão sobre a origem dos gêneros, afirma que todo gênero se constitui pelas transformações de outros gêneros já existentes, a partir de inversão, deslocamento ou combinação. No mesmo sentido, segundo Adam (2011, p. 62), “um texto raramente advém de um só gênero” e, nas análises desenvolvidas por este autor, observa-se que a mudança de materialidade discursiva dos textos, refletida nos gêneros, atende a diferentes formações sociodiscursivas e situações de interação.

A noção de interdiscurso ligada aos “socioletos”<sup>7</sup> e aos “intertextos”<sup>8</sup> está na mesma linha de diferenças com o conceito apresentado no interior da ADF, sobretudo pecheutiana. A nota de rodapé apresentada por Adam é esclarecedora dessa distinção:

Falando aqui de *interdiscurso* e de *interdiscursividade*, não pretendemos usar esses termos de acordo com o quadro lacaniano-althusseriano do conceito de interdiscurso. Considerando as línguas e os gêneros como componentes sistêmicos de base da interdiscursividade, definimos esta última como um *reservatório de memória que torna possível (prescrevendo ou proscurevendo) a formulação (ou formulações) dos enunciados*, tanto na produção como na interpretação, nas comunidades sociodiscursivas de autores, de editores (...) e de leitores-ouvintes.(ADAM, 2011, P45)

Nesse sentido, o interdiscurso é o lugar do plano discursivo preexistente, onde se situam os modelos de gêneros e as relações com os discursos anteriores que permitem a interpretação e a constituição de unidades do discurso. Conforme Foucault (1969), há uma relação de dependência existencial de um enunciado com outros.

No entanto, cabe explicitar que o discursivo funciona no plano das ações e das produções dos textos, no entanto, as análises empreendidas no interior do plano textual, objeto da LT no interior da análise de discurso estão voltadas para as operações de textualização que materializam o plano discursivo. Por isso, ao focar-se na parte inferior do Esquema 4, ou seja, no plano da análise textual, Adam (2011) centra seu estudo na descrição e no funcionamento das unidades composicionais dos textos, sobretudo no que chama de operações de segmentação (continuidades e discontinuidades da cadeia verbal, tanto por marcação de pausas e entonação quanto por

<sup>7</sup> Apesar de mencionada no esquema, a noção de socioleto (lugar social associado a uma língua) é pouco explorada nas análises do autor.

<sup>8</sup> A noção de intertextualidade explorada nas análises remete à existência de outros textos efetivos em diálogo com os analisados.

parágrafos, estrofes ou outras subdivisões) e operações de ligação (construções de sentido como unidades semânticas e de continuidade).

São unidades de interesse nas análises os períodos e as sequências textuais que constituem os gêneros e os textos e sua dinâmica interna, que permitem a realização de atos de discurso e, por meio dos conectores e outros traços, a percepção de pontos de vista, a constituição de um *ethos*, todos apreendidos na análise da organização textual do discurso.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões a respeito do plano da análise discurso e da análise de texto conforme a esquematização desenvolvida por Adam (2011) visam a evidenciar as diferenças entre conceitos que inquietam pesquisadores da LT e da ADF. O interessante é perceber que a noção central do esquema, a de gênero(s), é considerada pelo autor no plano da análise de discurso, o que evidencia que a relação de institucionalização das práticas discursivas, assim como das textuais, no interior da diversidade de formações sociodiscursivas e das possibilidades de textualização.

Além disso, o modo como Adam (2011) trata do discurso remete a uma historicidade das construções de linguagem, tanto na produção de sentidos quanto na sua própria constituição no meio social dada pela interação. Nisso, a noção do autor está voltada para atos discursivos que acontecem pelas textualizações concretas. Já no interior de uma ADF, os textos são lugares de manifestação do discurso, o qual, materializado na ideologia, é investigado pelo analista como um lugar de inscrição das formações ideológicas, conceito este não utilizado no trabalho de Adam (2011). Esse fato justifica-se pelo interesse do autor em fazer uma análise textual dos discursos, ou seja, não estão em causa os lugares de inscrição do sujeito para a constituição dos efeitos de sentido, mas o modo como o sujeito, inscrito no interior de práticas discursivas, organiza sua textualização e, com isso, promove ação de linguagem por meio dos textos.

## REFERÊNCIAS

- ADAM, J. M. *Linguistique textuelle: des genres de discours aux textes*. Paris: Nathan, 1999.
- \_\_\_\_\_. *A linguística textual: introdução à análise textual dos discursos*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- ALTHUSSER, L. *Aparelhos Ideológicos de Estado: nota sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE)*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- CAZARIN, E. A. *Identificação e representação política: uma análise do discurso de Lula*. Ijuí:

Ed. Unijuí, 2005.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2008.

COURTINE, J. J. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Paulo: EdUFSCar, 2009.

DUBOIS, J. Énoncé et Énonciation, in: *Langages*, Didier/Larousse, Paris, n. 13, 1969.

FOUCAULT, M. *L'archéologie du savoir*. Paris: Gallimard, 1969.

HAROCHE, C.; HENRY, P.; PÊCHEUX, M.; (1971), “La sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours”, *Langages*, 24, 93-106 (repris dans MALDIDIER, D. (éd. 1990), *L'inquietud du discours*. Textes de Michel Pêcheux, choisis et presents par D. Maldidier, Paris, Éditions des Cendres.

HARRIS, Z. S. Discourse Analysis: A sample text, in: *Language*, vol. 28, n. 4, 1952.

HENRY, P. Constructions relatives et articulations discursives. In: *Langages*, Didier/Larousse, Paris, n. 37, 1975.

MAINGUENEAU, D. *L'Analyse du discours*. Paris: Hachette, 1991.

\_\_\_\_\_. Les analyses du discours em France. *Langages*. Paris, Larousse, n. 117, 1995.

MAZIÈRE, F. *A análise do discurso: história e práticas*. Trad. Marcos Marcionillo. São Paulo: Parábola, 2007.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 1999.

TODOROV, T. *Os gêneros do discurso*. São Paulo: Martins Fontes, 1980.